

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Mobitech Locadora de Veículos S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• **Receitas líquidas:** As receitas de prestação de serviços totalizaram R\$ 172,9 milhões em 2021, com aumento de R\$ 66,0 milhões, ou 61,8%, em relação ao ano anterior.

• **Investimentos:** A Companhia fez investimentos, no montante de R\$ 680,4 milhões em 2021, sendo R\$ 680,0 milhões em veículos e equipamentos locados a terceiros.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto

Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte

do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa Selic, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Circulante		77.801	326.107	Circulante		425.191	674.263
Disponível		4.925	11.299	Contas a pagar		19.204	15.156
Realizável		72.876	314.808	Obrigações a pagar	11	16.181	13.290
Aplicações	4	7.414	273.450	Impostos e encargos sociais a recolher		614	527
Contas a receber de clientes	5	40.247	23.744	Encargos trabalhistas		932	699
Impostos e contribuições a recuperar		2.586	1.298	Impostos e contribuições		1.477	640
Despesas antecipadas		1.479	2.802	Empréstimos e financiamentos	12	404.486	659.107
Bens à venda	6	17.449	11.213	Passivo de arrendamento	14	1.501	—
Outros créditos		3.701	2.301	Não circulante		472.699	816
Não circulante		1.001.278	464.443	Obrigações a pagar	11	9.420	801
Realizável a longo prazo		22.094	7.168	Empréstimos e financiamentos	12	456.975	—
Aplicações		11.398	—	Tributos diferidos		15	15
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	9.241	6.763	Passivo de arrendamento	14	6.289	—
Outros valores e bens		1.455	405	Patrimônio líquido	15	181.189	115.471
Imobilizado	8	968.474	451.922	Capital social		184.250	134.250
Intangível	9	4.253	5.355	Ajustes de avaliação patrimonial		(16)	(59)
Ativo de direito de uso	10	6.457	—	Prejuízos acumulados		(3.045)	(18.720)
Total do ativo		1.079.079	790.550	Total do passivo e patrimônio líquido		1.079.079	790.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Demonstração do resultado abrangente
Saldos em 31 de dezembro de 2019		81.050	(88)	(22.993)	57.969	335
Aumento de capital	15	53.200	—	—	53.200	—
Ganhos e perdas atuariais		—	29	—	29	29
Lucro líquido do exercício		—	—	4.273	4.273	4.273
Saldos em 31 de dezembro de 2020		134.250	(59)	(18.720)	115.471	4.302
Aumento de capital	15	50.000	—	—	50.000	—
Ganhos e perdas atuariais		—	43	—	43	43
Lucro líquido do exercício		—	—	15.675	15.675	15.675
Saldos em 31 de dezembro de 2021		184.250	(16)	(3.045)	181.189	15.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Avenida Rio Branco, nº 1448 - Térreo, Campos Elíseos - São Paulo/SP. Tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público-alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. A Mobitech é uma controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. e indireta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia de COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção em 1 de janeiro de 2021 ao IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16/ CPC 06 (R2) consiste em reconhecer pelo valor presente dos pagamentos futuros, os contratos de arrendamentos com prazo superior a 12 meses e com valores substanciais dentro do balanço patrimonial dos arrendatários. A norma determina que esse reconhecimento será através de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de despesa de depreciação dos ativos de arrendamento e despesa financeira oriundas dos juros sobre o passivo. Anteriormente as despesas desses contratos eram reconhecidas diretamente no resultado do período em que ocorriam.

Os ativos de direito de uso (substancialmente alugueis de imóveis) serão mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também serão adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

O passivo de arrendamento, por sua vez, será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos. Por fim, o valor presente dos pagamentos de arrendamentos será calculado, de acordo com uma taxa incremental de financiamento. A nota explicativa nº 2.2 apresenta os impactos de acordo com a adoção.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

2.2 ADOÇÃO INICIAL DA IFRS 16

A adoção inicial da IFRS 16 (vide nota explicativa nº 2) em 1 de janeiro de 2021, gerou os seguintes reconhecimentos contábeis:

Ativo não circulante	
Ativo de direito de uso	9.009
Total ativo	9.009
Passivo circulante	
Passivos de arrendamento	(1.689)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	470
Passivo não circulante	
Passivos de arrendamento	(8.378)
Juros a apropriar de contratos de arrendamento	588
Total passivo	(9.009)

As notas explicativas nº 10 e 14 apresentam as novas informações e abertura dos saldos conforme exigido pela nova norma.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) Mensuração e classificação

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação**
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) Recebíveis (Clientes)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.4).

(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" baseia-se na seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- **Nível 2:** classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- **Nível 3:** ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas, inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

2.5 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

2.6 IMOBILIZADO

Compreendem veículos utilizados para locação a terceiros pela Companhia. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto para informação sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receitas líquidas de serviços prestados	16	172.859	106.857
Receitas/(despesas) operacionais	17	(76.151)	(45.574)
Despesas administrativas	18	(72.415)	(43.619)
Despesas comerciais		(8.826)	(4.395)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		15.467	13.269
Receitas financeiras		8.009	3.373
Despesas financeiras		(40.190)	(14.079)
Resultado operacional		(16.714)	2.563
Ganhos com ativos não correntes		35.248	3.536
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		18.534	6.099
Imposto de renda e contribuição social		(2.859)	(1.826)
Lucro líquido do exercício		15.675	4.273
Quantidade de ações (mil)		187.332	134.250
Lucro líquido por ação - R\$		0,08	0,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	15.675	4.273
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	19.662	10.669
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	254.638	(268.704)
Contas a receber de clientes	(16.503)	(10.872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.478)	(594)
Outros ativos	(8.651)	(3.251)
Obrigações a pagar	11.510	6.659
Empréstimos e financiamentos	(83.322)	13.376
Operações de arrendamento	(1.219)	—
Outros passivos	1.200	(87)
Caixa consumido pelas operações:		
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.639)	(11.373)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	177.873	(259.924)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(680.304)	(312.821)
Aquisição de intangível	(63)	(160)
Alienação de imobilizado	147.805	158.367
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(532.562)	(154.614)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	53.200
Aquisição de empréstimos	460.000	538.500
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(161.685)	(169.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	348.315	422.200
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	(6.374)	7.662
Saldo inicial de caixa e equivalentes	11.299	3.637
Saldo final de caixa e equivalentes	4.925	11.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.7 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 9.

2.8 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos.

2.9 RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas de prestação de serviços compreendem o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações e (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação.

3.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.4. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes), em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 70.077 para os quais existem R\$ 6.093 de provisão para risco de crédito.

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

MOBITECH LOCADORA DE VEÍCULOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Av. Rio Branco, 1448 - Térreo - Campos Elíseos - CEP: 01206-001 - São Paulo - SP



PORTO SEGURO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

3.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 353.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Compreende cotas de um único fundo de investimentos composto por títulos públicos e privados de renda fixa e debêntures. As cotas deste fundo foram valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo nas datas dos balanços.

8. IMOBILIZADO - VEÍCULOS

	Movimentações				Dezembro de 2021			Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo residual em dezembro de 2020	Aquisições	Baixas/venda	Despesas de depreciação	Outros/transferências	Depreciação acumulada	Valor líquido	
Veículos e equipamentos locados a terceiros	449.658	680.035	(140.701)	(15.582)	(7.104)	983.790	966.306	3,0
Móveis, máquinas e utensílios.....	-	32	-	(3)	-	32	29	10,0
Outras immobilizações	2.264	237	-	(362)	-	2.710	2.139	20,0
	451.922	680.304	(140.701)	(15.947)	(7.104)	986.532	968.474	

9. INTANGÍVEL

	Movimentações				Dezembro de 2021			Taxas anuais de depreciação (%)
	Saldo residual em dezembro de 2020	Aquisições	Despesas de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido		
Software	5.353	63	(1.163)	6.861	(2.608)	4.253	20,0	
	5.353	63	(1.163)	6.861	(2.608)	4.253		

10. ATIVO DE DIREITO DE USO

	Dezembro de 2021					
	Saldo em 1 de janeiro de 2021	Despesas de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)	
Direito de uso (*).....	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	20,0
	9.009	(2.552)	9.009	(2.552)	6.457	

(*) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a adoção inicial da norma IFRS 16 ocorreu em 1/1/2021.

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país (vide nota explicativa nº 2).

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Referem-se, principalmente, a contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e benefícios a pagar.

12. PASSIVO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Empréstimos bancários.....	861.461	659.107
	861.461	659.107
Circulante	404.486	659.107
Não circulante.....	456.975	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 36.936 (R\$ 14.033 em dezembro de 2020) como despesas financeiras.

12.1 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO FINANCEIRO

Papel/Moeda	Valor Principal	Insti-tuição	Emissão	Venci-mento	Remune-ração a.a.	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
CCB - capital de giro - BRL							
160.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,55%	163.577	-	-
200.000	Safra	2021	2023	CDI + 1,65%	200.248	-	-
39.000	Itaú	2021	2023	CDI + 1,95%	40.778	-	-
28.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	29.850	-	-
21.500	Bradesco	2021	2023	CDI + 2,02%	22.522	-	-
39.000	Itaú	2020	2021	CDI + 2,90%	-	40.115	-
200.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	-	200.090	-
160.000	Safra	2020	2021	CDI + 1,90%	-	161.383	-
21.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	-	22.037	-
28.500	Bradesco	2020	2021	CDI + 2,35%	-	29.206	-
Debêntures - capital de giro - BRL							
400.000	Investidores	2021	2023/24	CDI + 1,31%	404.486	-	-
Nota promissória - capital de giro - BRL							
94.000	Itaú	2019	2021	CDI + 0,51%	-	97.622	-
100.000	Itaú	2019	2021	105,9% CDI	-	108.654	-
				Total		861.461	659.107

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Locação.....	44.359	26.172
Seminovos.....	1.981	1.882
Provisão para risco de crédito.....	(6.093)	(4.310)
	40.247	23.744

6. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
IRPJ sobre base negativa.....	2.992	4.867
Diferenças temporárias.....	5.069	3.134
CSLL sobre base negativa.....	1.180	1.882
Redução ao valor recuperável.....	-	(3.120)
	9.241	6.763

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 184.250 representado por 187.332.331 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

A AGE de 11 de outubro de 2021 aprovou aumento de capital no montante de R\$ 50.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias sem valor nominal.

16. RECEITA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita de serviços.....	190.486	117.749
COFINS.....	(14.477)	(8.949)
PIS.....	(3.143)	(1.943)
Impostos sobre serviços.....	(7)	-
	172.859	106.857

17. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Localização e funcionamento.....	(58.071)	(29.328)
Depreciação.....	(15.532)	(9.355)
Provisão para devedores duvidosos.....	(2.548)	(6.891)
	(76.151)	(45.574)

18. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Custos corporativos.....	(20.533)	(15.011)
Serviços de terceiros.....	(19.851)	(7.994)
Pessoal.....	(15.825)	(12.091)
Localização e funcionamento.....	(7.805)	(3.592)
Publicidade.....	(6.301)	(3.526)
Outras.....	(2.100)	(1.405)
	(72.415)	(43.619)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- (ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- (iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia.....	1.053	1.363
Portoseg.....	53	-
	1.106	1.363

Demonstração do resultado	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Porto Cia.....	2.413	367	(21.002)	(16.264)
Porto Atendimento.....	-	-	(2.601)	(1.888)
Porto Serviços.....	-	-	(1.298)	(2.413)
Porto Saúde.....	-	-	(926)	(981)
Portoseg.....	-	-	(630)	-
Proteção e Monitoramento.....	-	-	(1)	(2)
	2.413	367	(26.458)	(21.548)

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de auditoria

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing

CELSON DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

TIAGO VIOLIN
Diretor Financeiro

CAROLINA HELENA ZWARG
Diretora de Pessoas e Sustentabilidade

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Quotistas

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mobitech Locadora de Veículos S.A. (companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa e/ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de fevereiro de 2022
Atenciosamente,

consulcamp
Consulcamp Auditoria
CRC 2SP024818/O-5

Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>